

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 16 de janeiro de 2019 às 07h52*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Patentes

<b>Tribunal alemão rejeita processo de patente mais recente da Qualcomm contra a Apple . . . . .</b>	<b>3</b>
--	----------

TECNOLOGIA

## G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

<b>Polícia Federal faz operação contra crimes de violação de direitos autorais e associação criminosa . . . . .</b>	<b>4</b>
---	----------

SOROCABA E JUNDIAÍ

Pirataria

<b>Ação da PF em cinco estados investiga pirataria de músicas, filmes e séries . . . . .</b>	<b>5</b>
--	----------

JORNAL NACIONAL

## UOL Notícias | BR

16 de janeiro de 2019 | Propriedade Intelectual

<b>Nova rodada de negociação entre China e EUA será ainda este mês, diz jornal . . . . .</b>	<b>6</b>
--	----------

EFE

## GloboEsporte.com | BR

Marco regulatório | INPI

<b>INPI: FLAMENGO É MARCA DE ALTO RENOME . . . . .</b>	<b>7</b>
--	----------

## Migalhas | BR

Direitos Autorais

<b>Há 75 anos, Chico Xavier era alvo de ação sobre direitos autorais de psicografias . . . . .</b>	<b>8</b>
--	----------

Arbitragem e Mediação

<b>Arbitragem para pequenas e médias empresas . . . . .</b>	<b>10</b>
---	-----------

# Tribunal alemão rejeita processo de patente mais recente da Qualcomm contra a Apple

TECNOLOGIA



Instalações da Qualcomm em San Diego, na Califórnia. 6/11/2017.  
REUTERS/Mike Blake.

reitos (de propriedade intelectual) contra a Apple em todo o mundo."

A Apple se recusou a comentar a decisão de Mannheim e referiu-se a uma declaração emitida em resposta à decisão de 20 de dezembro em Munique, contra a qual está apelando.

A Apple disse na época que, apesar de uma decisão de apelação sobre o caso de Munique estar pendente, já não teria mais estoques do iPhone 7 e 8 em seus 15 pontos de venda na Alemanha, apesar de seus modelos mais novos continuarem à venda.

Um **processo de patente** apresentado pela Qualcomm contra a Apple foi rejeitado por um tribunal alemão nesta terça-feira, em uma reviravolta para a fabricante de chips norte-americana, após ela ter vencido uma recente disputa que resultou na proibição judicial de venda de alguns iPhones no país.

O tribunal regional da cidade de Mannheim julgou o processo da Qualcomm infundado em uma decisão verbal inicial, dizendo que a patente em questão não foi violada pela instalação de seus chips nos smartphones da Apple.

A Qualcomm, travando uma disputa mundial de patentes com a Apple, disse que vai apelar depois de ganhar um processo separado perante um tribunal em Munique, em dezembro, que permitiu a proibição da venda de iPhones mais antigos na Alemanha.

"A Apple tem uma história de violação de nossas patentes", disse Don Rosenberg, vice-presidente executivo e conselheiro geral da Qualcomm.

"Apesar de discordar da decisão da corte de Mannheim e apelar, continuaremos a aplicar nossos di-

# Polícia Federal faz operação contra crimes de violação de direitos autorais e associação criminosa

SOROCABA E JUNDIAÍ



*Policiais cumprem 11 mandados de busca e apreensão virtual e nove mandados de busca e apreensão física nesta terça-feira (15) através da Operação Copyright.*

A Polícia Federal cumpre 11 mandados de busca e apreensão virtual e nove mandados de busca e apreensão física na manhã desta terça-feira (15) através da Operação **Copyright**, que apura crimes de violação de **direitos autorais** e associação criminosa.



As investigações foram realizadas pela delegacia da Polícia Federal em Sorocaba (SP) e tiveram início em 2017.

Além da cidade, os cumprimentos dos mandados estão sendo realizados em Bauru (SP), Santa Teresa (ES), Curitiba (PR), Nova Iguaçu (RJ), Niterói (RJ) e São Simão (GO). De acordo com a PF, também há procedimentos de cooperação jurídica internacional para algumas diligências nos Estados Unidos.



O objetivo da operação é coibir a violação de **direitos autorais** pela **internet** em um site fechado que utiliza o sistema denominado P2P ou ponto a ponto. Através do site, são baixados filmes, jogos e músicas sem autorização.

O site investigado tem cerca de nove milhões de acessos por ano, com mais de 70 mil usuários ativos e 140 mil usuários cadastrados.

A associação representativa do setor estima que apenas com a violação de **direitos autorais** pelo site investigado os prejuízos às gravadoras cheguem a R\$ 38 milhões nos últimos nove anos.

O nome da operação significa "**direito autoral**" em inglês. A polícia vai divulgar outras informações sobre a investigação depois das 10h.

# Ação da PF em cinco estados investiga pirataria de músicas, filmes e séries

JORNAL NACIONAL



*Site hospedado em servidor americano recebia 9 milhões de acesso por ano e tinha 140 mil usuários cadastrados no Brasil e em outros países.*

A Polícia Federal fez uma operação em cinco estados pra investigar a **pirataria** de músicas, filmes e séries.

O site estava hospedado num servidor americano para despistar a polícia e tinha 9 milhões de acesso por ano.

A Polícia Federal começou a investigação atendendo a uma denúncia da Associação Protetora dos Direitos Intelectuais e Fonográficos, que representa gravadoras. Os policiais identificaram duas pessoas em Sorocaba, interior de São Paulo, que criaram e administravam o site.

A partir daí, a investigação chegou a outros seis suspeitos. Nesta terça-feira (15), a PF cumpriu mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Goiás. Os agentes apreenderam computadores, celulares e **DVDs piratas**. Ninguém foi preso. Os suspeitos vão prestar depoimento e podem responder por crimes como violação de **direito autoral**.

O site tinha 140 mil usuários cadastrados no Brasil e em outros países. Além de músicas, pirateava filmes, jogos e séries. Segundo a polícia, para diminuir o ris-

co de ser descoberto, o grupo fazia uma triagem dos candidatos. Eles tinham que preencher um questionário com dados pessoais e convencer os administradores de que conseguiriam trazer novos usuários.

As gravadoras estimam um prejuízo de R\$ 38 milhões só com a **pirataria** de músicas durante os nove anos de funcionamento do site.

"Cada um tinha uma função. Tem os diretores, tem os moderadores, tem os designers, tem os DJs. Tem toda uma hierarquia dentro do site. Em razão disso, nós estamos avaliando a participação efetiva de cada um e também, até mesmo para imputação do crime de associação ou de organização criminosa, que são crimes distintos", explica o delegado Márcio Xavier.

## Nova rodada de negociação entre China e EUA será ainda este mês, diz jornal

EFE

Pequim, 16 jan (EFE).- A próxima rodada de negociações para acabar com a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos será realizada em Washington nos dias 30 e 31 deste mês, informou nesta quarta-feira o jornal "South China Morning Post".

O jornal, que cita fontes anônimas familiarizadas com a organização da reunião, disse que o vice-primeiro-ministro chinês, Liu He, liderará a delegação chinesa.

A informação assegura que Liu se reunirá com o chefe negociador comercial de Washington, Robert Lighthizer, e com o secretário do Tesouro americano, Steven Mnuchin.

O vice-premier - um dos principais assessores econômicos do presidente da China, Xi Jinping - já esteve presente na primeira rodada de negociações presenciais sobre o tema, realizada entre os dias 7 e 9 deste mês, em Pequim.

Apesar do otimismo do primeiro encontro - o presidente dos EUA, Donald Trump, chegou a tuitar que as negociações estavam "indo muito bem" -, ao seu fim, nenhuma das duas partes revelou se tinham chegado a algum acordo.

O Ministério do Comércio da China limitou-se a afir-

mar que a conferência serviu para "melhorar o entendimento mútuo e estabelecer bases para tratar das preocupações de cada um" depois de alguns "diálogos exaustivos, detalhados e aprofundados sobre problemas comerciais e estruturais de interesse mútuo".

Por sua vez, o comunicado da parte americana apenas especificou que a reunião tinha como objetivo "alcançar as mudanças estruturais necessárias na China com relação à transferência forçada de tecnologia, proteção da **propriedade intelectual**, barreiras não-tarifárias, intrusões cibernéticas e roubo virtual de segredos de negócios".

Além disso, Washington enfatizou que o compromisso da China de "adquirir uma quantidade considerável de produtos agrícolas, energéticos e manufaturados, bem como outros produtos e serviços dos Estados Unidos" foi discutido. EFE

Comunicar erro O conteúdo foi útil para você? Newsletters

Receba dicas para investir e fazer o seu dinheiro render.

Quero receber

## INPI: FLAMENGO É MARCA DE ALTO RENOME

Nas últimas semanas, o Flamengo vem dominando o noticiário esportivo nacional com contratações milionárias, mostrando-se estar vivenciando uma realidade financeira e estrutural bem diversa da grande maioria de seus adversários, notadamente, em termos de futebol carioca.

Aqui nessa coluna, há tempos, vimos criticando a forma absolutamente arcaica e obtusa de gestão dos grandes clubes brasileiros, os quais primam suas respectivas administrações, ainda hoje, pela falta de transparência, profissionalismo e zelo com os interesses das agremiações.

Pois bem, nos últimos anos, o Flamengo tem se notabilizado por quebrar essa tendência de amadorismo desmedido nos atos de gestão, liberando-se das amarras do passado que também levaram o clube a flertar com o mesmo estágio de quase insolvência, que as-

sola seus co-irmãos cariocas.

Mais um passo nesse sentido libertador, foi a conclusão do procedimento inaugurado pelo clube perante o **INPI**, visando agregar valor jurídico e econômico à sua marca, a qual passou a ser reconhecida sob o status de marca de alto renome, o que fortalece e valoriza o licenciamento de produtos e serviços que envergurem a marca "Flamengo".

A partir de agora o clube passa a fazer parte de um seleto grupo de 104 marcas que possuem, em território nacional, esse privilegiado status. Trata-se, sem sombra de dúvidas, de uma nova realidade em termos de gestão esportiva no país que, se não for seguida pelos adversários, tende a inaugurar um incontornável distanciamento econômico e esportivo entre o rubro negro e seus concorrentes diretos.



## Há 75 anos, Chico Xavier era alvo de ação sobre direitos autorais de psicografias



O fenômeno da psicografia ainda é um mistério a ser explicado, e quando passa a ser fonte de provas nos tribunais, deixa de ser apenas uma discussão de convicções pessoais, que envolvem questões filosóficas e religiosas, para se tornar algo que pode interferir no destino de decisões no Judiciário.

Um dos casos mais famosos aconteceu há 75 anos: o escritor Humberto de Campos, desencarnado em 1934, iniciou em 1937, através da mediunidade de Chico Xavier, a emissão de diversas crônicas e reportagens, editadas e publicadas pela Federação Espírita Brasileira - FEB, sendo o livro "Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho", publicado em 1938, um dos mais notáveis.

Em 1944, a viúva de Humberto de Campos, Catharina Vergolino de Campos, ajuizou uma ação declaratória contra a FEB e Chico Xavier, com objetivo de esclarecer se as obras eram de fato ditadas pelos seu falecido marido e, caso comprovada a autoria, re-

clamava os **direitos autorais** dos livros.

O assunto gerou grande polêmica e repercutiu durante dias nos principais periódicos do país e se transformou em livro escrito pelo advogado Miguel Timponi, que atuou na defesa da FEB e de Chico Xavier.

Intitulado "A Psicografia ante os Tribunais", Timponi relata todo o processo até a decisão final da justiça que reconheceu que, para fins legais, os **direitos autorais** não poderiam ser atribuídos a um espírito desencarnado.

O juiz do caso, Dr. João Frederico Mourão Russell, julgou a autora carecedora da ação estabelecendo em sua sentença que:

***"Ora, nos termos do art. 10 do Código Civil 'a existência da pessoa natural termina com a morte'; por conseguinte, com a morte se extinguem todos os direitos e, bem assim, a capacidade jurídica de os adquirir. No nosso direito é absoluta o alcance da máxima mors omnia solvit. Assim, o grande escritor Humberto de Campos, depois de sua morte, não poderia ter adquirido direito de espécie alguma e, conseqüentemente, nenhum **direito autoral** poderá da pessoa dele ser transmitido para seus herdeiros e sucessores."***

Ainda na sentença, Russell aponta a competência do Poder Judiciário sobre o assunto:

***"Do exposto se conclui que, no caso vertente, não há nenhum interesse legítimo que dê lugar à ação proposta. Além disso, a ora intentada (ação declaratória) não tem por fim a simples declaração de existência ou inexistência de uma relação jurídica [...], e sim a declaração de existência ou não de um fato. [...] Assim formulada, a inicial constitui mera consulta; não contém nenhum pedido positivo, cer-***



Continuação: Há 75 anos, Chico Xavier era alvo de ação sobre direitos autorais de psicografias

to e determinado, sobre o qual a Justiça se deva manifestar. O Poder Judiciário não é órgão de consulta."

A viúva levou o processo ao Tribunal de Apelação do Distrito Federal onde o relator, Alvaro Moutinho Ribeiro da Costa, indeferiu o provimento ao recurso, confirmando a sentença. Ao analisar o caso, Rodrigo Kaufmann, em "Memória Jurisprudencial", acredita que entre os vários casos no qual atuou o ministro Ribeiro da Costa, nenhum ganhou tanto destaque quanto o processo de Humberto de Campos.

Em entrevista ao jornal O Globo em 19 de julho de 1944, a mãe do escritor, D. Ana de Campos Veras, afirmou que enxergava semelhança de estilo entre as obras e as psicografias:

***"Não conheço nenhuma explicação científica para esclarecer esse mistério (...) Só um homem muito inteligente, muito culto e de fino talento literário poderia ter escrito essa produção, tão identificada com a de meu filho ", explicou.***

Jornal O Globo, 1944. (clique aqui)

Ainda sobre D. Ana de Campos Veras, há interessante passagem, quando rompeu o silêncio e ofertou ao médium de Pedro Leopoldo a fotografia do seu próprio filho, com expressiva dedicatória:

***"Ao Prezado Sr. Francisco Xavier, dedicado intérprete espiritual do meu saudoso Humberto, ofereço com muito afeto esta fotografia, como prova de amizade e gratidão."***

## Clímax

Na noite de 15 de julho de 1944, quando o processo atingia o clímax, o espírito de Humberto de Campos mais uma vez se manifesta pelo lápis de Chico Xa-

vier que, em estilo inconfundível, dita uma emocionante mensagem, que pode ser apreciada no livro "A Psicografia ante os Tribunais", sobre a incompreensão humana.

Deste dia em diante, o espírito de Humberto de Campos passou a assinar como "Irmão X", versão evangelizada do Conselheiro XX, como era conhecido nos meios literários.

## Contra provas psicografadas

Em 2007, visando desconsiderar como documento probatório os textos psicografados no âmbito do processo penal, o deputado Robson Lemos Rodovalho (DEM-DF) propôs o PL 1705 que visa a alteração do art. 232 do Código de Processo Penal, no qual são considerados documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares. A alteração propunha que seja incluído no texto a exceção de documentos resultantes da psicografia.

Na justificção do projeto, o deputado questionava a veracidade de algo ditado por alguém após a morte, afirmando que isso que trata de questões de fé e que não deveria fazer parte de questões jurídicas.

O projeto, no entanto, apesar de ter sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, foi arquivado em 2011.

\_\_\_\_ TIMPONI, Miguel. *A psicografia ante os Tribunais: O caso Humberto de Campos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2010.

KAUFMANN, Rodrigo de Oliveira. *Memória jurisprudencial: Ministro Ribeiro da Costa*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2012.

## Arbitragem para pequenas e médias empresas



É notório o avanço da arbitragem desde a edição da lei 9.307/96, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Do ponto de vista qualitativo, tem-se admitido a arbitragem em diversas áreas em que até então havia bastante resistência, como em litígios envolvendo a Administração Pública e em disputas envolvendo contratos individuais de trabalho.

Quantitativamente, constata-se que o número de arbitragens iniciadas no Brasil dobrou nos últimos cinco anos, alcançando a marca de 333 novos processos iniciados em 2017. Tais disputas envolveram o valor médio de R\$ 159,2 milhões em 2016 e de R\$ 84,5 milhões em 2017.

Nota-se, porém, que a arbitragem ainda é vista como um mecanismo disponível apenas para disputas complexas envolvendo grandes empresas. Os altos valores cobrados a título de custas e honorários por algumas Câmaras, inclusive, têm sido vistos como óbices para a expansão da arbitragem, principalmente na área trabalhista.

A Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada - CAMES, no entanto, tem conseguindo alterar esse quadro, tornando a arbitragem acessível para pequenas e médias empresas, que agora também podem contar com a utilização desse mecanismo moderno e seguro para a solução de suas disputas financeiras e contratuais.

Em primeiro lugar, a CAMES inovou fixando um teto para os custos da arbitragem, que usualmente não ultrapassa 5% do valor total da causa. Esse custo, vale lembrar, como regra será rateado igualmente entre as partes, devendo ser ressarcida ao final a parte vencedora.

Visando tornar a arbitragem economicamente viável em litígios de até R\$ 200 mil reais, ademais, desenvolveu-se um procedimento de arbitragem sumária, em que toda a prova é pré-constituída e a sentença arbitral deve ser proferida em até três meses contados da assinatura do termo de arbitragem. Para esses casos, foram estabelecidos honorários ainda mais reduzidos, compatíveis com a simplificação do procedimento.

Para a área trabalhista, por sua vez, foi desenvolvido um regulamento de arbitragem trabalhista sumária destinado especialmente para situações de rescisões trabalhistas. Nesses casos, a CAMES designa um árbitro imparcial responsável por conduzir o procedimento, incumbindo-o de verificar se os pagamentos e a quitação estão sendo realizados em conformidade com a lei, e de homologar eventual acordo, por meio de sentença arbitral, nos termos do artigo 28 da lei 9.306/96. Além disso, a CAMES disponibiliza advogado dativo para assessoramento jurídico do empregado, caso esteja desacompanhado.

Trata-se de procedimento bastante expedito, para que se atenda ao prazo para pagamento das verbas rescisórias sem multa previsto no artigo 477 da CLT. Nesse caso, prevê-se o pagamento de taxa equivalente a 2% do valor do acordo, similar às taxas co-

Continuação: Arbitragem para pequenas e médias empresas

bradas para homologação de acordo extrajudicial pela Justiça do Trabalho.

Ressalte-se que, atualmente, a CAMES está presente em oito Estados da federação, sendo a primeira Câmara a utilizar procedimento integralmente eletrônico, o que evita também custos com deslocamentos, cópias e impressão de documentos.

A resolução CNJ 125/10 é clara ao afirmar que o direito de acesso à Justiça, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, além da vertente formal perante os órgãos judiciários, implica acesso à ordem jurídica justa e a soluções efetivas. Ao tornar a arbitragem acessível economicamente para pequenas e

médias empresas, portanto, a CAMES atende à diretriz constitucional, dando mais um importante passo para o avanço quantitativo e qualitativo da arbitragem no Brasil.

---

**\*Danilo Ribeiro Miranda Martins** é procurador Federal, mestre em Direito pela PUC-SP, MBA em Finanças pelo IBMEC, sócio-fundador da **CAMES**.

Danilo Ribeiro Miranda Martins

## Índice remissivo de assuntos

**Patentes**

3

**Direitos Autorais**

4, 5, 8

**Pirataria**

5

**Propriedade Intelectual**

6

**Marco regulatório | INPI**

7

**Arbitragem e Mediação**

10